

MOMENTOS FUNDADORES DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* BRASILEIRA

Autor: Kellen Lima Gomes
Professor Orientador: Tânia Maria Hetkowski

Universidade do Estado da Bahia – UNEB; klsilva@uneb.br; hetk@uol.com.br.

Introdução

A história da Pós-Graduação no Brasil, enquanto atividade acadêmica regulamentada, avançou pelo país de forma intensificada a partir da segunda metade do século XIX. Do ponto de vista da legislação, é pautada por documentos oficiais e/ou momentos fundadores, sendo os principais o Estatuto da Universidade (1931); a fundação do CNPq e da CAPES (1951); o Parecer 977/65 (Parecer Sucupira) do antigo Conselho Federal de Educação – CFE (1965); o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (1975/1979) e os PNPG's que se sucederam (CAPES 2014 - PNPG 1982/1985; PNPG 1986/1989; PNPG 2005/2010; PNPG 2011/2020).

Essencial para o reconhecimento e credenciamento de uma Instituição de Ensino Superior (IES) como “universidade”, a pós-graduação *stricto sensu* vem ganhando ênfase ascendente no cenário educacional brasileiro, em especial na última década, com a constante renovação das exigências pelos órgãos governamentais e os avanços no âmbito da legislação. Em se tratando de um país emergente como o Brasil, este movimento tem impulsionado, gradativamente, a oferta de cursos neste nível de ensino, com objetivos diversos, mas principalmente, para a formação especializada de profissionais que atuam/atuarão nas Universidades e na Educação Básica. Neste sentido, este resumo tem por objetivo principal apresentar ao leitor a trajetória histórica da pós-graduação *stricto sensu* no cenário político e educacional brasileiro, a partir da década de 30, como resultados obtidos na pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, evidenciando seus principais marcos e avanços.

Metodologia

O histórico traçado neste trabalho utilizou métodos de pesquisa bibliográfica e documental como estratégias de levantamento de dados possibilitando a construção da cronologia dos principais momentos fundadores da Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil.

Resultados e discussão

A pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário. Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação *sensu stricto*: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico (BRASIL, 1965).

Recontar a história da pós-graduação *stricto sensu* brasileira nos remete aos anos 30, época em que as Universidades eram organizadas em cátedras e contavam com um grande número de professores estrangeiros vindos, principalmente, de regiões europeias, que ajudaram a estruturar os primeiros cursos da pós-graduação no nosso País. A partir da Reforma Universitária de 1930, o Brasil passou a adotar o modelo norte-americano, com estrutura departamental, formada por colegiados com professores da mesma especialidade que assumiam, conjuntamente, a responsabilidade pelas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Na década de 50, o Brasil deu seu grande impulso para os cursos de pós-graduação; em um período marcado por intensas mudanças políticas, por reformas significativas para a educação, pelo surgimento de importantes órgãos reguladores para as pesquisas desenvolvidas no País, bem como, para a criação de cursos em nível de pós-graduação em nível *stricto*. A exemplo, citamos: a implantação do Mestrado e Doutorado na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (1961), do Mestrado em Matemática da Universidade de Brasília (1962), do Doutorado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1962) e dos cursos de Mestrado em Medicina Veterinária-Parasitologia Veterinária, Agronomia-Ciência do Solo e Química Orgânica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1965).

Nessa corrida pela formação especializada e pela modernização e avanço das ciências no País, em 1951, final do Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela Lei 1.310/51, com o objetivo de “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, mas com especial interesse no campo da física nuclear” (CNPq, 2014).

Em seguida, já no segundo período do Governo Vargas, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo Decreto nº 29.741/51, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A Comissão foi criada com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (BRASIL, 2015).

Apesar do termo “pós-graduação” ter sido citado, formalmente, pela primeira vez no artigo 71 do Estatuto das Universidades do Brasil (1931), apenas em 1965 o Ministério da Educação reconheceu a pós-graduação como um novo nível para o ensino, realizando então a normatização dos cursos a partir da aprovação do Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação - CFE, que fixa como finalidade da pós-graduação *stricto sensu* “oferecer, dentro da Universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária” (BRASIL, 1965, p. 04).

Em 1990, começa a ser discutido na CAPES, a possibilidade de implantação de Mestrados Profissionais - MP no país, com o objetivo de qualificar profissionais e levar inovação às empresas. Em 1998, com a publicação da Portaria CAPES 080/1998, o país reconhece os Programas de natureza profissional em nível de mestrado; e, em 2017, avançamos com a publicação da Portaria 389/2017, que dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissional no âmbito da CAPES.

Conclusões

Com base nos estudos realizados, percebemos a dimensão institucional da pós-graduação *stricto sensu* para o crescimento e reconhecimento das pesquisas desenvolvidas no país. A sua implantação e regulamentação criou um novo grau de ensino no Brasil, que aprofunda os conhecimentos adquiridos na graduação e possibilita a ampliação das pesquisas em um nível mais elevado de formação. Este cenário potencializa a necessidade de políticas de pós-graduação que induzam a qualidade e financiem a realização das pesquisas nacionais, estabelecendo padrões para o desenvolvimento e para a internacionalização da produção científica e profissional do país.

Palavras-Chave: Pós-Graduação *stricto sensu*; Brasil; Formação; CAPES.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Parecer nº 977, de 03 de dezembro de 1965**. Brasília, 1965. Disponível em:

<https://www.Capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf>.

Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. CAPES. **Sobre a CAPES. História e Missão**. Disponível em:

<<http://www.Capes.gov.br/sobre-a-Capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. CNPq. **A criação**. Brasília, 2014. Disponível em:

<<http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>>. Acesso em: 11 ago. 2014.